



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - NÍVEL SUPERIOR

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

2

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

3

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

4

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa. A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

5

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

6

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

7

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;
2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

8

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

9

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

10

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

11

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

12

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

13

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

14

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

15

Observe a seguir o início de um texto.

“Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

Legislação Específica e Noções de Direito

16

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

17

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

18

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

19

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

20

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

21

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

22

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

23

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

24

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

25

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

Controle Externo

26

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

27

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

28

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

29

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

30

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

A média das idades de um grupo de nove pessoas é igual a 31. Se uma décima pessoa, de 36 anos, se juntar ao grupo, a média do novo grupo, agora com dez pessoas, será igual a:

- (A) 31,3;
- (B) 31,4;
- (C) 31,5;
- (D) 31,6;
- (E) 31,7.

32

Dois variáveis aleatórias discretas X e Y têm função de probabilidade conjunta dada por

		Valores de Y		
		0	1	2
Valores de X	0	0,1	0,2	0,2
	1	0,2	0,2	0,1

Assim, por exemplo, $P[X = 0; Y = 1] = 0,2$.

A covariância entre X e Y é então igual a:

- (A) -0,2;
- (B) -0,1;
- (C) 0;
- (D) 0,1;
- (E) 0,2.

33

Suponha que X tenha distribuição exponencial com parâmetro $\lambda = 0,25$, ou seja, a função de densidade de probabilidade de X é dada por $f(x) = 0,25e^{-0,25x}$, $x > 0$, $f(x) = 0$, nos demais casos.

A média de X é então igual a:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

34

Suponha que se pretende estimar a média μ de uma variável aleatória contínua com variância conhecida igual a 400. O tamanho da amostra para que possamos garantir, usando o teorema central do limite, que o valor da média amostral não diferirá do valor de μ por mais de 1 unidade, com 95% de probabilidade, é no mínimo igual a:

Observação: se Z tem distribuição normal padrão, então $P[Z < 1,96] = 0,975$

- (A) 1.002;
- (B) 1.045;
- (C) 1.278;
- (D) 1.423;
- (E) 1.537.

35

Se X é uma variável aleatória com média 10 e desvio padrão 4, e se $Y = 30 - 2X$, então a média e o desvio padrão de Y valem, respectivamente:

- (A) 10 e 8;
- (B) 10 e 16;
- (C) 12 e 8;
- (D) 16 e 8;
- (E) 16 e 16.

36

Se X_1, X_2, \dots, X_n é uma amostra aleatória simples de uma distribuição Bernoulli com parâmetro p , então o estimador de máxima verossimilhança de p é:

- (A) $\sum_{i=1}^n X_i / 2n$
- (B) $\sum_{i=1}^n X_i / n$
- (C) $\sum_{i=1}^n X_i$
- (D) $1/n$
- (E) $\sum_{i=1}^n X_i^2 / n$

37

Considere um modelo de regressão múltipla usual $\mathbf{Y} = \mathbf{Xb} + \mathbf{e}$, baseado em n observações y , \mathbf{b} é um vetor de k parâmetros, \mathbf{e} é um vetor de k componentes aleatórios e \mathbf{X} é uma matriz de observações de dimensões n por $(k + 1)$.

Se \mathbf{X}^T denota a transposta de \mathbf{X} , então o estimador de mínimos quadrados de \mathbf{b} é igual a:

- (A) $(\mathbf{X}\mathbf{X}^T)^{-1}\mathbf{X}^T\mathbf{Y}$
- (B) $(\mathbf{X}^T\mathbf{X})^{-1}\mathbf{X}\mathbf{Y}$
- (C) $\mathbf{X}^T\mathbf{Y}(\mathbf{X}^T\mathbf{X})^{-1}$
- (D) $\mathbf{X}^T\mathbf{X}(\mathbf{X}^T\mathbf{Y})^{-1}$
- (E) $(\mathbf{X}^T\mathbf{X})^{-1}\mathbf{X}^T\mathbf{Y}$

38

Num estudo acerca da independência entre duas variáveis nominais, uma tabela de contingência será observada. A variável X será dividida em quatro categorias, e a variável Y , em seis.

Sob a hipótese nula de que as variáveis são independentes, a estatística de teste qui-quadrado usual terá número de graus de liberdade igual a:

- (A) 12;
- (B) 15;
- (C) 18;
- (D) 24;
- (E) 35.

39

As ações empreendidas pela administração pública muitas vezes são justificadas pelo exercício da função estabilizadora, sendo que algumas delas podem ser revistas em processos de reforma do Estado. Por exemplo, uma empresa pública pode atuar em processo produtivo caracterizado por retornos crescentes de escala, cuja necessidade de investimento de capital é elevada, como mineração ou saneamento básico.

A partir do momento em que as condições de investimento e competitividade passem a ser compensatórias à atuação do mercado, a privatização da empresa passa a ser contemplada no processo de reforma do Estado.

A justificativa para privatização, no âmbito da reforma do Estado, conforme descrita no enunciado, deve-se à mudança na falha de mercado conhecida como:

- (A) bem público não rival;
- (B) desemprego e inflação;
- (C) externalidade negativa;
- (D) falha de informação;
- (E) monopólio natural.

40

Dentre as origens conceituais da administração pública, o modelo racional-legal inspirou e ainda inspira a atuação pública em diversos países ao redor do mundo. Dentre elas, destaca-se o foco no cargo e na norma, e não na pessoa em sua subjetividade. Assim, carreiras são estruturadas em bases objetivas.

Essa origem conceitual fundamenta-se no princípio de:

- (A) controle de meios;
- (B) formalismo;
- (C) impessoalidade;
- (D) hierarquização;
- (E) publicidade.

41

Governança é um conceito polissêmico, entretanto, esclarecido se considerarmos as diferentes perspectivas em que se desenvolve. Uma possível perspectiva está relacionada às inter-relações entre entes federativos, esferas de poder e atores públicos e privados no desempenho de programas e serviços públicos.

Trata-se da perspectiva:

- (A) corporativa;
- (B) de centro de governo;
- (C) de sociedade e Estado;
- (D) organizacional;
- (E) de políticas públicas.

42

Um órgão da administração pública estadual está contratando uma obra de infraestrutura que possui riscos de execução. Uma vez que os riscos do empreendimento se encontram em faixa de tolerância aceitável, esse órgão incluiu no edital de licitação medidas contingentes, como a inclusão de seguro-garantia com o objetivo de assegurar que a empresa contratada cumpra sua obrigação contratual.

A medida de inclusão de seguro-garantia na licitação revela que o processo de gestão de riscos está na fase de:

- (A) comunicação;
- (B) estabelecimento do contexto;
- (C) melhoria contínua;
- (D) monitoramento;
- (E) tratamento dos riscos.

43

A análise de riscos trata de compreender a natureza e determinar o nível do risco em função de probabilidade e impacto. Existem diferentes práticas metodológicas para realizá-la.

Uma dessas práticas busca definir o nível de risco com base na percepção das pessoas e baseia-se em métodos:

- (A) multivariados;
- (B) qualitativos;
- (C) quantílicos;
- (D) quantitativos;
- (E) semiquantitativos.

44

Um dos pontos tratados na NBC TSP Estrutura Conceitual refere-se à definição dos elementos, necessária para enquadramento da diversidade de transações que ocorrem nas entidades públicas. Um conceito que atualmente tem uma conotação mais abrangente na contabilidade aplicada ao setor público diz respeito ao ativo.

Na aplicação desse conceito, um item relevante é que o recurso:

- (A) esteja sujeito a controle provável;
- (B) dispense a mobilização de benefícios econômicos;
- (C) possa resultar em direito contingente;
- (D) seja resultante de eventos potenciais;
- (E) tenha potencial de fluxos de caixa.

45

Considere as informações do quadro a seguir, referentes à execução da receita, originadas do sistema de contabilidade de um ente da Federação, com valores expressos em milhares de reais.

Previsão inicial	4.500,00
Previsão atualizada	4.725,00
Receitas lançadas	4.610,00
Receitas arrecadadas	4.490,00
Saldo de exercícios anteriores	130,00
Receitas extraorçamentárias	85,00
Taxa de inflação do período	10%

Na estrutura do Balanço Orçamentário prevista no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o valor do saldo a ser apresentado na última coluna, em milhares de reais, é de:

- (A) -235,00;
- (B) -150,00;
- (C) -10,00;
- (D) 115,00;
- (E) 130,00.

46

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma das demonstrações obrigatórias para as entidades públicas, com o objetivo de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

Ao elaborar a DVP de uma entidade pública individual, deve-se observar que as variações patrimoniais diminutivas serão:

- (A) apresentadas conforme a abordagem da natureza, como detalhado no PCASP;
- (B) compensadas com as variações aumentativas diretamente associadas;
- (C) detalhadas excluindo as despesas de natureza intraorçamentária;
- (D) discriminadas conforme o impacto qualitativo ou quantitativo na situação líquida patrimonial;
- (E) evidenciadas prioritariamente segundo o método da função da despesa.

47

De acordo com a natureza da informação e respectivas classes de contas definidas, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) organiza as classes de contas conforme a natureza da informação e as detalha em grupos e seus desdobramentos.

Ao adotar o PCASP, um ente público deve atentar que os grupos de contas representados por i. Transferências e Delegações Recebidas e ii. Execução da Dívida Ativa integram, respectivamente, as classes:

- (A) 4 - Variação Patrimonial Aumentativa e 8 - Controles Credores;
- (B) 4 - Variação Patrimonial Aumentativa e 6 - Controles da Execução do Orçamento;
- (C) 6 - Controles da Execução do Orçamento e 7 - Controles Devedores;
- (D) 7 - Controles Devedores e 8 - Controles Credores;
- (E) 7 - Controles Devedores e 3 - Variação Patrimonial Diminutiva.

48

Dada a sua relevância no contexto de uma gestão fiscal responsável, a dívida pública é amplamente tratada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em atenção a esse normativo, um ente público que tenha dívida mobiliária ou contratual em um dado período deve incluir todas as despesas relativas à dívida pública e as receitas que as atenderão no(a):

- (A) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- (B) Demonstrativo das Operações de Crédito.
- (C) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Relatório de Gestão Fiscal.

49

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é exigido pela Constituição da República de 1988, e suas normas de elaboração e publicação são previstas na LRF.

Ao elaborar o RREO, um ente público deve atentar que o relatório:

- (A) apresentará informações para acompanhamento dos limites de alerta e prudencial;
- (B) abrangerá os órgãos e entidades das administrações direta e indireta, de todos os poderes;
- (C) evidenciará a trajetória e o detalhamento da despesa total com pessoal;
- (D) poderá ser apresentado pelo modelo analítico ou pelo modelo sintético;
- (E) será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

50

Uma entidade pública, em atendimento aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais dispostos no MCASP, precisa registrar contabilmente uma obrigação decorrente de uma provisão envolvendo uma grande população de itens com diversas probabilidades de resultado.

Nesse cenário, a entidade deve:

- (A) adotar a média do valor do desembolso estimado e ajustar a valor presente;
- (B) estimar a obrigação, ponderando-se todos os possíveis resultados;
- (C) mensurar o passivo pelo resultado individual mais provável;
- (D) adotar como base de mensuração do passivo o custo de cumprimento da obrigação ou o custo de liberação;
- (E) mensurar a obrigação pelo valor justo do desembolso estimado.

51

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo.

Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

52

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

53

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

54

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

55

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões. A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

56

A diretoria de governança e integridade de um órgão público solicitou à auditoria interna que fornecesse um parecer quanto à adoção de alguns controles para mitigar um risco de integridade avaliado como de alto impacto. Em uma reunião com a diretoria e o auditor-chefe do órgão, foram acordados a natureza e o escopo do trabalho.

No sistema informatizado de registros, o auditor-chefe deve informar que o trabalho solicitado se trata de um serviço de:

- (A) avaliação;
- (B) *assurance*;
- (C) consultoria;
- (D) confirmação interna;
- (E) asseguração limitada.

57

Uma equipe de auditoria foi contratada para fazer um trabalho em que o objeto de auditoria foi mensurado, de acordo com os critérios aplicáveis, pela parte responsável (uma entidade pública) e as informações foram fornecidas à equipe. Tais informações constituem a única fonte de evidência a que a equipe de auditoria terá acesso para proporcionar uma base razoável para expressar uma conclusão.

Nesse cenário, ao aceitar o trabalho, a equipe de auditoria deverá conduzi-lo conforme os Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (NBASP 100/ ISSAI 100), especificamente as normas relativas a trabalhos de:

- (A) acompanhamento e inspeção;
- (B) asseguração razoável;
- (C) monitoramento;
- (D) relatório direto;
- (E) certificação.

58

Com base nos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público (ISSAI 100), a norma ISSAI 200 foi desenvolvida para abordar os princípios-chave relacionados a uma auditoria de demonstrações financeiras no setor público.

Um trabalho de auditoria financeira em entidades públicas, consoante disposições da citada norma, tem como foco:

- (A) assessorar a elaboração de notas explicativas às demonstrações financeiras da entidade;
- (B) certificar a razoabilidade das bases para participações e distribuição de resultados;
- (C) determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com o marco regulatório aplicável;
- (D) fundamentar o processo de avaliação da efetividade das políticas públicas executadas pela entidade auditada;
- (E) prover informações sobre a regularidade da execução orçamentária para subsidiar o controle social.

59

No contexto da administração pública, a auditoria operacional, como realizada pelas entidades fiscalizadoras superiores, consiste no exame independente, objetivo e confiável de operações, programas, atividades ou organizações do governo. Uma auditoria operacional em um projeto de longa duração executado por uma entidade pública gerou como recomendação a necessidade de ações que minimizem os custos de aquisição de materiais, considerados muito acima do valor médio do mercado. Essa recomendação está alinhada ao princípio do(a):

- (A) eficiência;
- (B) moralidade;
- (C) efetividade;
- (D) economicidade;
- (E) interesse público.

60

Uma orientação presente nas normas e princípios gerais de auditoria é que, ao planejar e executar o seu trabalho, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da auditoria, de modo a obter segurança razoável como base para expressar uma opinião de forma positiva.

Como a segurança pode ser razoável, mas não absoluta, há que se considerar o risco de distorção relevante que decorre dos riscos:

- (A) inerente e de controle;
- (B) residual e de detecção;
- (C) de avaliação e inerente;
- (D) de fraude e de detecção;
- (E) de planejamento e de controle.

61

Durante a execução de um trabalho de auditoria, um auditor estava auditando a área de contratos de um órgão. Ao folhear o processo administrativo de um contrato, não foi localizado o parecer jurídico que analisou a minuta do referido contrato. A análise da minuta de um contrato pela área jurídica é condição essencial para a validade do documento.

Para gerar evidência de que não houve análise jurídica para o referido contrato, o auditor deve:

- (A) colocar cópia do processo como evidência de ausência de parecer jurídico;
- (B) fazer um exame documental no contrato para identificar erros formais ou materiais;
- (C) realizar procedimentos analíticos junto à parte contratada;
- (D) registrar nos papéis de trabalho a inexistência do referido documento;
- (E) solicitar formalmente, utilizando-se a técnica da indagação por escrito.

62

Ao elaborar sua prestação de contas anual, as entidades da administração pública federal devem atender, entre outros documentos, às normas e princípios dispostos na Instrução Normativa (IN) nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União.

Um dos princípios desta IN refere-se à conectividade da informação, que se atende quando a prestação de contas apresenta:

- (A) informações em bases coerentes ao longo do tempo, de modo a permitir acompanhamento de séries históricas e comparação com outras entidades similares;
- (B) informações sobre a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade;
- (C) informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a entidade alcançar seus objetivos de geração de valor público;
- (D) visão da natureza e da qualidade das relações que a entidade mantém com suas principais partes interessadas;
- (E) visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos.

63

Segundo a notação utilizada pelo atuário em nota técnica atuarial, $p(x,n)$ representa a probabilidade de um indivíduo com idade x sobreviver até a idade $x+n$ para uma tábua biométrica.

Considerando o exposto, é correto afirmar que:

- (A) $p(x,n)$ diminui com o aumento de cada idade x , dado n constante positiva;
- (B) $p(x,n)$ cresce com o aumento de cada idade x , dado n constante positiva;
- (C) $p(x+1,n)$ é menor que $p(x,n+1)$ para todas as idades x , dado $n=1$;
- (D) $p(x,n)$ tende a 1, à medida que n se aproxima de 120;
- (E) $p(x,n)$ tende a 0, à medida que n se aproxima de 120.

64

Em uma avaliação atuarial, o valor presente atuarial foi calculado e os seguintes números foram revelados, em milhões de R\$:

- Pensão a conceder por morte de ativo: 100;
- Aposentadoria por invalidez a conceder: 300;
- Pensão a conceder revertida de aposentadoria por invalidez a conceder: 200;
- Aposentadoria programada a conceder: 700;
- Pensão a conceder revertida de aposentadoria programada a conceder: 500;
- Pensão concedida: 17;
- Aposentadoria programada concedida: 13;
- Aposentadoria por invalidez concedida: 11;
- Contribuição de ativos: 61;
- Contribuição de aposentados e pensionistas: 29.

Se os benefícios de risco são financiados pelo regime de repartição de capitais de cobertura e os demais pelo regime de capitalização, pode-se afirmar que a Provisão Matemática, em milhões de R\$, terá o valor de:

- (A) 651;
- (B) 1.151;
- (C) 1.241;
- (D) 1.751;
- (E) 1.841.

65

O método atuarial de financiamento que tem aplicação impossibilitada com o regime financeiro de capitalização é o seguinte:

- (A) agregado;
- (B) orçamentário;
- (C) prêmio nivelado individual;
- (D) idade normal de entrada;
- (E) crédito unitário projetado.

66

O evento que causa melhora do resultado atuarial de um plano de previdência capitalizado de um regime próprio de previdência social é o(a):

- (A) agravamento da tábua biométrica de sobrevivência;
- (B) redução da meta atuarial;
- (C) aumento do crescimento salarial;
- (D) aumento do fator de capacidade;
- (E) redução da idade de entrada.

67

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, a premissa ou hipótese atuarial que pode ser utilizada em uma avaliação atuarial para um regime próprio de previdência social é a:

- (A) taxa de rotatividade de 2% ao ano;
- (B) taxa real de crescimento da remuneração de 1% ao ano;
- (C) taxa de juros de 10% ao ano para o fundo em repartição;
- (D) taxa de administração de 5% sobre as remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;
- (E) alíquota de contribuição uniforme de 11% em caso de déficit atuarial.

68

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, a premissa ou hipótese atuarial que pode ser utilizada em uma avaliação atuarial para um regime próprio de previdência social é o(a):

- (A) período de reposição de segurados por 75 anos futuros, projetando-se o fluxo atuarial correspondente por mais 75 anos a partir de cada reposição;
- (B) metodologia de mensuração da estrutura a termo da taxa de juros correspondente à média de três anos;
- (C) idade de 25 anos para o ingresso do segurado em regime previdenciário anterior em caso de inexistência de base cadastral;
- (D) contribuição suplementar com exigibilidade inicial diferida por um ano;
- (E) majoração de alíquotas de contribuição do servidor exigidas após trinta dias da publicação da lei de custeio.

69

Segundo a Lei Estadual de Tocantins nº 3.736/2020, é correto afirmar que a contribuição do(s):

- (A) segurado ativo possui a mesma progressividade do regime geral de previdência social;
- (B) servidores inativos possui a mesma progressividade do regime geral de previdência social;
- (C) pensionistas possui a mesma progressividade do regime geral de previdência social;
- (D) ente possui paridade em relação à contribuição dos ativos, inativos e pensionistas;
- (E) ativos, inativos e pensionistas possui alíquota proporcional de 14%.

70

Quanto às Emendas Constitucionais que reformaram os regimes geral e próprios de previdência social, é correto afirmar que:

- (A) a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, passou a adotar o tempo de serviço como critério de elegibilidade para a aposentadoria programada;
- (B) a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, proibiu a contribuição de inativos e pensionistas em decorrência do princípio da solidariedade contributiva;
- (C) a Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, estabeleceu os critérios da paridade e da integralidade para as pensões em geral;
- (D) a Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, estabeleceu o critério da média dos 80% maiores salários de contribuição para aposentadoria por invalidez se o servidor ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003;
- (E) a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, estabeleceu mais de uma regra de transição para os segurados do regime geral de previdência social.

DISCURSIVA

1

Suponha que X_1, X_2, \dots, X_n seja uma amostra aleatória simples de tamanho n de uma variável populacional com distribuição Poisson parâmetro λ .

- a) Mostre que a média amostral \bar{X} é o estimador de máxima verossimilhança de λ .
- b) Lembrando que a média de uma distribuição Poisson (λ) é igual a λ , mostre que \bar{X} é um estimador não tendencioso de λ , ou seja, mostre que $E[\bar{X}] = \lambda$.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Ao final de um exercício financeiro, uma entidade pública necessitou avaliar qual tratamento adotar diante de três situações de acionamento judicial, envolvendo potenciais obrigações para a entidade, elencadas a seguir.

- Situação I. Ação movida por uma entidade da sociedade civil por danos ao meio ambiente, em decorrência de falta de fiscalização efetiva, para a qual a assessoria jurídica da entidade avaliou como possível uma saída de recursos para liquidar a obrigação.
- Situação II. Ação de natureza tributária movida por uma grande empresa, para a qual a assessoria jurídica da entidade avaliou como provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação, em decorrência do histórico com ações de natureza semelhante.
- Situação III. Ação de natureza trabalhista movida por um grupo de prestadores de serviços que atuaram na entidade por um período em decorrência de um contrato de terceirização. Nesse caso, a assessoria jurídica da entidade avaliou como remota e improvável uma saída de recursos para liquidar a obrigação, em decorrência das disposições contratuais.

À luz dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para tratamento de passivos, provisões e contingências, elabore um texto de até 15 linhas que aborde o tratamento em termos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil de cada uma das três situações.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

15

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

15

Realização

